



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 09/08/2022

Horário: 14:00 horas

Local: Híbrida (SETEQ e Google Meet)

PRESENTES

PRESIDENTE DO CDEPLGBT/PE – Gleyton Araújo

VICE-PRESIDENTE – Lucas Lira Gomes

ARTJOVEM – Breno C. Gomes de Almeida

AMOTRANS – Maria Daniela M. Motta

CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino

COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva

GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini

MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone C. Menezes

REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maia Maria de Lima

REDE LGBT DO INTERIOR – Alzyr Antônio Sá Brasileiro

RENFA – Emanuelle Santana Marques

COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Aleksandro Cavalcanti Félix de Sousa

COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Léo Lins da Silva

SEC. DE TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO – Antônio de Moura P. Filho

SEPLAG – Ryan Paulo da Silveira Amorim

SEC. DA MULHER – Fátima Moreira

SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais

SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza

SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS (A):

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PERNAMBUCO – George Dimech

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero
SEE - Sec. de Educação e Esportes

NÃO JUSTIFICARAM

REDE SAPATÁ
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

PAUTA

- Apresentação da Vigilância Sanitária de Pernambuco, sobre os casos de *Monkeypox*;
- Informes da Comissão de Planejamento;
- Visibilidade Lésbica e Bissexual.

DESENVOLVIMENTO

A 11ª reunião extraordinária do Conselho Estadual de Políticas para a População LGBT de Pernambuco (CEDPLGBT) teve início às 14h30m, no formato híbrido onde a executiva do conselho confirmou o quórum necessário para dar início a reunião.

O presidente declara iniciada a reunião extraordinária, com a pauta projetada em tela, diz que será feita a inversão de pauta devido ao atraso do companheiro Luiz Valério que trará o especialista da vigilância em saúde para dar esclarecimentos formais sobre os casos da *monkeypox* em Pernambuco. Informa que não é possível naturalizar algumas questões levantadas ontem em reunião com a secretária executiva da SDSCJ, no que tange o assunto sobre o deslocamento dos conselheiros, conselheiras e conselheiros do interior para participarem da reunião de forma presencial. Gleyton sinaliza a última reunião desse pleno pra relembrar o motivo dessa extraordinária, que não foi realizada devido a falta de estrutura técnica, ressalta que esta ocorre na Secretaria de Trabalho, Emprego e Qualificação (SETEQ), justamente procurando um local com maior qualidade para evitar problemas de conexão e/ou aparelhagem. O presidente acrescenta que foram feitos todos os encaminhamentos, todo o orçamento para esse deslocamento ser possível nos próximos quatro meses que restam para finalizar o ano e entregue para a

Sec. de Segmentos Sociais, argumenta que isso está acima da ossada da Presidência deste conselho, que foram consideradas as sugestões propostas de montar uma comissão para alterar o regimento interno do conselho para deixar de forma clara qual é essa estrutura que a secretaria tem que garantir. O companheiro expõe que concorda com o entendimento dos conselheiros de que a “estrutura” posta pelo regimento também compreende a logística para a realização das reuniões, deixa aberto para o conselho que enquanto coletivo pode tirar encaminhamentos extremamente importantes pra essa situação. A princípio a Coordenadoria atua mais no campo de apoio, já a Sec. de Segmentos Sociais vem com o aporte jurídico em relação ao Tribunal de Contas, que esse conselho tem autonomia para tirar encaminhamentos disso. Gleyton diz que traz essas ponderações a título de esclarecimento por não ter sido possível realizar essa reunião de forma totalmente presencial, abre essa pauta para os conselheiros fazerem suas falas.

Breno Gomes é o primeiro inscrito, inicia sua fala fazendo um comentário sobre a questão jurídica já colocando uma proposta de encaminhamento: que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) ser consultada a respeito do entendimento do que seria “estrutura” e quais os limites se teria? Porque essa situação de ficar ancorado no entendimento de secretarias quando se trata de gestão não resolverá nunca o problema. Pernambuco não só tem um Conselho, todos são de alcance Estadual e precisam da presença de todos os conselheiros nas reuniões. Gomes repete que essa questão possa ser dirimida mediante a consulta diretamente a PGE, daí teremos esse entendimento mais sacramentado o que naturalmente norteie toda a gestão. Breno acredita que isso já tenha sido consultado por outros conselhos e que a PGE poderá dar a orientação mais substancial quanto a esse tema, finaliza.

Alzyr Brasileiro, conselheira do Sertão, inicia sua fala dizendo que entrou na reunião apenas para fazer o registro da sua indignação a essa falta de respeito com as conselheiras e os conselheiros do interior do Estado de Pernambuco, região que mais precisa de mobilização das políticas públicas para a população LGBTQIA+ no estado. Principalmente quando chega no sertão, Alzyr fala de Petrolina onde atua, a companheira diz que não vê o Estado se articular com a questão LGBT no sertão, que não vê nem um pouco de boa vontade da Coordenadoria viabilizar esse deslocamento e/ou ir trabalhar nesse local, que não existe nenhum instrumento em defesa a população LGBT, a não ser as organizações não-governamentais que atuam nessa parte do estado. No que se trata da participação do conselho, aí é que existe esse apagamento dos conselheiros e conselheiras do interior, completa Alzyr. Afirma ainda, que não sabe o que se passa, se é “algum tipo de economia” que o Estado quer fazer, pois compreende

que quando falamos de infraestrutura, estamos sim tratando do deslocamento para a reunião, além de toda estrutura material para a realização de todas as reuniões. A conselheira reitera que veio apenas deixar sua indignação, que não ia participar da reunião em forma de protesto, mas após uma reflexão decidiu entrar para fazer o registro do seu posicionamento e informar que foi feita denúncia ao Ministério Público acerca desse descaso com os colegas do interior, finaliza agradecendo ao pleno pela escuta.

Glauber, como próximo inscrito, dá início a sua fala agradecendo Alzyr pela colocação dizendo que quis que ela falasse primeiro por entender a importância da fala dos conselheiros(as/es) do interior, que compartilha da mesma indignação mesmo sendo da região metropolitana, declara estar indignado também por presenciar um desmonte nesse conselho, que este conselho está em seu terceiro mandato e desde o primeiro que existe essa discussão sobre o mínimo de estrutura, que existiam carros para buscar os conselheiros(as/es) em Caruaru, que aparentemente a pandemia foi usada de desculpa para desestruturar esse conselho. O conselheiro ainda afirma que a troca de gestão interna ficou claro que o governo do estado não “está nem aí” para esse conselho, que concorda que não é mais espaço apenas para o diálogo, o campo agora deve ser o jurídico, pois é inadmissível que em seis anos de diálogo a sociedade civil não tenha sido ouvida e/ou considerada nas suas reivindicações, o companheiro traz exemplos como a cartilha que ele explica que foi criada pela sociedade civil e enviada para a secretaria que a negou. O colega relembra ao pleno que a cartilha em questão tratava da conscientização pelo fim da violência para com as pessoas trans, também relembra que até *cards* de divulgação para redes sociais eram tratados com indisposição em tempos de outra gestão, mas que para outros setores sempre era disponibilizado esse recurso, esclarece que ele mesmo, junto a outros companheiros de conselho, acabam desenvolvendo seu próprio material para não deixar o conselho invisível. Ainda com a fala, Glauber afirma que as reuniões online só seguiram acontecendo porque a sociedade civil segurou as pontas, que ele disponibilizava sua própria conta para abrir uma sala virtual para as reuniões do conselho não deixarem de acontecer, complementa que é inaceitável esse entendimento do jurídico para com o deslocamento dos companheiros do interior. Explica que a decisão de partir para a esfera jurídica foi na tentativa de resolver esses impasses, visto que sempre aparecem negativas quanto as reivindicações da sociedade civil, que fica feliz pelos colegas já terem tomado essa medida, endossa e apoia. Encerra dizendo que entregou para a secretária do conselho um pedido formal ao presidente Gleyton Araújo, à coordenadoria e à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, solicitando que prestem esclarecimentos por escrito sobre as negações que o conselho vem enfrentando, em especial ao art. 37º do regimento desse

conselho, também evoca a lei de proteção de dados para que todos os dados sejam disponibilizados ao grupo GAYMADO que também compõe esse conselho.

O presidente do conselho pede ao conselheiro Glauber que o envie por e-mail também esse documento para ser anexado ao processo do SEI, onde a Coordenadoria fez a solicitação ao jurídico do posicionamento, onde foi realizado despacho e houve reunião presencial e Gleyton pediu que fosse formalizada essa decisão no sistema eletrônico do conselho.

Breno retoma seu encaminhamento para explicar a importância da consulta à procuradoria com a pergunta “o que é estrutura?” e quais seriam os limites dos conselhos de forma geral, uma vez que no regimento desse conselho consta que é dever do Estado garantir a estrutura do mesmo. Dessa forma, se existem membros desse conselho que não moram na capital, nem na região metropolitana e precisam participar dessas reuniões, é preciso consultar se o deslocamento dos conselheiros integra a “estrutura” citada no regimento. O conselheiro destaca que a reunião remota existe, porém, o regimento é claro quando fala que as reuniões devem acontecer de forma presencial, que o formato híbrido não está regulamentado, bem como o entendimento sobre o que seria “estrutura”, que está vago e por isso quem deve responder a esse hiato é a Procuradoria-Geral, que entende a preocupação política da questão, repete que devido a quantidade de conselhos estaduais a PGE já deve ter um entendimento sobre essa demanda, o conselho apenas quer fazer a consulta, poupando assim, o desgastes dos próprios gestores atuais.

O presidente dá seguimento a reunião sugerindo uma alteração na pauta, explica que a reunião da comissão de planejamento do conselho foi feita com ele, Rivânia Rodrigues e Jair Brandão que a princípio iriam fazer uma apresentação, mas não estão presentes e nesse pleno, que gostaria apenas de deixar como informe.

Breno Gomes apresenta a proposta apenas de inverter a ordem das pautas, caso os companheiros apareçam em seguida, a discussão do segundo ponto é retomada, caso não, o presidente prossegue com os informes.

Gleyton questiona o pleno se concordam com a inversão das pautas, após votação, a reunião prossegue para a apresentação da Vigilância Sanitária de Pernambuco, sobre os casos de *Monkeypox*.

O conselheiro Luiz Valério traz para o pleno que a Sec. de saúde tem dialogado junto com a vigilância em saúde sobre os casos de Varíola no estado de Pernambuco, que a Sec. de Saúde tem se preocupado bastante com a estigmatização dos corpos LGBT's correlacionados a essa doença. Por isso, foi solicitado a vigilância essa apresentação para o conselho, que de imediato foi atendida. Valério explica que o convidado, George Dimech, trará para o conselho de forma técnica o que é essa nova varíola e como é

criminosa a associação da doença aos corpos de homens que fazem sexo com outros homens e passa a palavra para o convidado.

George se apresenta ao pleno agradecendo o convite e já parte para qual seria a abordagem utilizada por ele nessa reunião, sendo eles, o conceito em si da doença e o debate sobre a estigmatização - o que dificultou bastante aos profissionais de saúde em identificar os infectados, já que a situação passou de uma epidemia para uma taxação de corpos. Dimech já informa que em Pernambuco em sido mais fácil corrigir essa comunicação errônea.

Valério pede que George traga as informações técnicas sobre a doença primeiro e em seguida a problemática do tema, já que esse é um conselho público e nem todos os membros são da área da saúde e/ou tem um conhecimento aprofundado acerca do tema.

George projeta em tela uma apresentação com dados da nova varíola e traz toda a descrição do que é a doença, que esta se apresentou como uma versão “atualizada” da antiga varíola já conhecida que era letal. Apesar de ter sintomas semelhantes, a nova varíola é raramente fatal. Nesse momento, ele pontua (com gráficos) onde teve início dessa epidemia mundial, que esse nome “varíola do macaco” é outro erro na comunicação, já que não existe comprovação científica da transmissão por parte dos primatas, mas sim por uns pequenos roedores, que um pouco antes da data da reunião a Organização Mundial de Saúde emitiu um alerta de emergência de saúde global, o problema é que a forma como a OMS divulgou a informação gerou pânico na população. O técnico deixa claro que a forma como esse alerta chegou na população deu uma importância a doença que ela não tem quimicamente, ou seja, o alerta devia ter sido esclarecedor e não perturbador. Dimech demonstra em seu gráfico como está a situação de casos no Brasil, quais os estados que têm casos confirmados e destaca Bahia e Pernambuco sendo os estados do Nordeste com mais casos confirmados, que confirmando a baixa letalidade da doença, dos 28.000 (vinte e oito mil) casos confirmados no país inteiro, ocorreram apenas 6 (seis) óbitos. É importante destacar que a grande maioria dos óbitos foi constatado que tinham doenças graves, que a nova varíola é uma doença branda e é grave em pessoas com baixa imunidade, a exemplo de pessoas que fazem tratamentos para a cura do câncer, pessoas que fazem tratamento para a Aids e pessoas que fazem longos tratamentos com corticoide, sendo esses considerados os grupos prioritários.

Seguindo a apresentação, George comenta que dos 13 (treze) casos confirmados em Pernambuco não foi possível rastrear os contatos (pessoas que tiveram algum contato físico com o caso confirmado) desses casos, devido ao estigma plantado em torno da doença, a omissão se espalhou dificultando a atuação dos órgãos. Pela regra da doença,

se o caso for leve, levará entre 15 (quinze) a 21 (vinte e um) dias para a pessoa se recuperar completamente, dessa forma o que é tratável são os sintomas. Dimech faz toda a exposição de quais sintomas e de que forma podem se apresentar, destaca que quando alguns desses exemplos sintomáticos se apresentam na região pubiana pode acabar sendo confundida como uma doença sexualmente transmissível e reforça que a nova varíola não é esse tipo de doença, porém quando há contato de pele-a-pele através dessa região o primeiro diagnóstico acaba sendo herpes ou sífilis e só depois que se espalha para outras regiões é feito os demais diagnósticos, incluindo a *monkeypox*.

Em seguida, ele exhibe algumas imagens a título de exemplos para os conselheiros, mostrando os diferentes quadros da doença, explicando que muito mais importante do que observar as lesões na pele é ter conhecimento do histórico de contato com outros casos, faz um apelo ao pleno que divulgue em massa essas informações e também a grande importância de relatar o histórico de contatos, pois isso impede a propagação da doença. Enfatiza que a mortalidade da doença é baixa, mas apresenta uma relação de quem são os grupos prioritários, sendo eles: crianças menores de oito anos, gestantes e pessoas com deficiências imunológicas subjacentes.

George, explica que fatores de vulnerabilidade social também podem implicar na propagação de casos, culminando em casos mais graves, uma vez que a subnutrição causa deficiência na imunidade e pontua que na área endêmica da doença, o maior número de óbitos ocorre nos locais mais empobrecidos e com baixa vigilância. O técnico declara que esse é o caso oposto ao do Brasil, que apesar de já ter confirmado 28.000 casos, tem ínfimos números de óbitos.

Passando a falar de tratamento, Dimech repete que a nova varíola não tem tratamento, o que são tratados são os seus sintomas, ou seja, se sentir febre, trata-se a febre. Ao identificar que está infectada, a pessoa deve procurar uma unidade de saúde e após o diagnóstico, o paciente deve ficar isolado por 21 (vinte e um) dias, sempre observando se o quadro evolui. No que se trata dos profissionais da saúde, é indicado que utilizem a paramentação básica, como luvas, óculos ou protetor facial, máscara cirúrgica, gorro e avental para realizar o atendimento desses pacientes.

Dessa forma, George explica que o isolamento do paciente e a paramentação dos profissionais não existem porque a doença é ameaçadora, mas sim para evitar propagação e proteger os grupos prioritários que podem desenvolver um quadro grave.

O técnico traz para o pleno também a informação de que existe uma vacina para a nova varíola, mas ainda pouco disponível, que é feita do próprio *monkeypox*, que o ministério da saúde já teria adquirido 50.000 doses, mas ainda estaria em discussão se a aplicação seria feita nos próprios profissionais de saúde que estão lidando com os casos

na linha de frente, ou se seria utilizada para imunização de contatos pertencentes aos grupos de risco e Dimech acredita que provavelmente sejam utilizadas das duas formas.

No que tange a vigilância dos casos, George explica que atualmente são casos suspeitos é qualquer indivíduo com erupção em qualquer lugar do corpo – definição do próprio Ministério da Saúde. Já os casos prováveis seriam aqueles que são expostos ao vírus sem proteção (os EPIs citados acima), ou aquelas pessoas que tiveram contato direto com infectados, sendo que esse contato pode ser direto com a pessoa, com utensílios e/ou trabalhadores de saúde. Sendo os casos confirmados, aqueles diagnosticados por exame e caso o exame negative, esse será um caso descartado.

Dessa forma, o profissional da vigilância George Dimech, encerra sua apresentação demonstrando que o Ministério da Saúde tem uma sala de atuação da doença, em seu portal oficial, onde qualquer pessoa pode ver como está o andamento da doença aqui no Brasil.

Luiz Valério, agradece todos os esclarecimentos e comenta que foi enriquecedor esse momento para o conselho que é responsável também por repassar isso para a população, reitera que a associação da doença a corpos de homens que se relacionam com outros homens é criminosa e que isso ficou claro na apresentação, que trouxe todo o percurso técnico do vírus, ressalta que existe uma luta por parte da secretaria de saúde do estado para que isso não vá a frente, mas sim a comunicação correta. Valério se coloca a disposição dos conselheiros, enquanto coordenação de saúde LGBT e abre para o pleno que sejam feitas perguntas ao profissional George, visto que ele é especialista no tema.

A conselheira Jeanne Aguiar, abre a rodada de perguntas questionando o porquê da doença se chamar “varíola do macaco” se ela não advém do primata?

Dimech, prontamente já responde que essa varíola foi identificada em 1958, que ela passou despercebida na época pois existia já a varíola original que era fatal. Após o início do controle de letalidade, foi possível observar que existiam uns expoentes parecidos com a “original” e que apesar de serem do mesmo grupo dos “pox”, não eram a mesma coisa da varíola. Acometeu-se de o primeiro surto identificado em animais ter sido em primatas e daí se popularizou o nome *Varíola do Macaco*. Nos dias atuais ainda existem discussões de qual seria o animal mais competente, já que os macacos adoecem como nós humanos, mas não transmitem o vírus para nós, transmitem apenas entre sua própria espécie. É a primeira vez na história que ocorre um surto dessa doença nessa escala de infecção entre humanos, completa o técnico.

A seguinte pergunta é feita por Fátima Moreira, ela questiona, com base na apresentação de George, se continua sendo prudente manter o uso de máscaras em alguns ambientes?

Dimech responde que sim, mas complementa que as medidas feitas para prevenção da

covid-19 também servem para conter a varíola e enfatiza que sua principal forma de transmissão é mais parecida com a meningite, ou seja, o contato direto da pele com pele. Luiz Valério faz votos de agradecimento a George, que agradece o convite e repete que conta com a atenção do conselho em divulgar essas informações e dados que ele trouxe, além de o notificar em caso de qualquer atividade considerada estigmatizante para a população LGBTQIA+, que está trabalhando para conter a propagação dessas informações errôneas, que Pernambuco tem avançado com sucesso em relação a isso, se despede do pleno explicando que terá outra reunião em seguida, mas qualquer necessidade está a disposição.

Breno Gomes pede para fazer uma observação, a fim de fazer uma referência a secretaria de saúde do estado, **quando for publicada a nota técnica que valida a realização dos procedimentos com relação ao tratamento da *monkeypox* que seja nítido a não estigmatização dos corpos LGTQIA+**. O conselheiro afirma que até para reforçar o papel do poder público em levar informações para a população sem cunho discriminatório, ele pede que para além de só fazer uma comunicação formal, a secretaria de saúde tenha uma postura contrária a OMS no sentido de discriminação para com homens que se relacionam com outros homens.

Íris de Fátima, se posiciona dizendo que viu uma entrevista do conselho de saúde de Pernambuco, onde o mesmo afirmava que o contágio da doença em nada tinha relação com a orientação sexual do indivíduo.

O presidente do conselho, dá prosseguimento a reunião para discussão do ponto de pauta que trata sobre os informes da comissão de planejamento, já expondo ao pleno que a última reunião dessa comissão foi composta por ele, Gleyton, por Rivânia Rodrigues e por Jair Brandão, convida Rivânia para fazer essa fala enquanto participante da comissão para conhecimento do pleno.

A conselheira Rivânia Rodrigues faz votos de saudações a todos presentes, explica que precisou se ausentar do início da reunião e solicita que Gleyton faça a leitura do planejamento para que ela faça as suas colocações.

Dessa forma, Gleyton retoma a palavra e explica que esse planejamento foi pensado e construído no mês de abril de 2022 pelos conselheiros: Jair Brandão, Lucas Lira, Íris de Fátima, Poliny Aguiar, Rivânia Rodrigues, Caia e Ryan Amorim, sendo que na ocasião Ryan tenha explicado que não teria disponibilidade para compor a comissão e agradeceu o convite. A partir da exposição dos membros, o conselheiro faz a leitura do desenvolvimento do documento, o presidente comenta que a comissão se reuniu para realinhar o planejamento, que não houve nenhuma modificação do texto inicial após a mudança de gestão tanto dentro da SDSCJ, quanto com a nova composição da

Coordenadoria, que a proposta inicial para a data desse planejamento era de 06 a 08 de Maio de 2022 e essa teria sido a única alteração feita, no caso a nova proposta altera o mês que ocorrerá o planejamento.

Nesse momento, Gleyton começa a fazer a leitura do documento trazendo que a proposta de programação seria nos dias 05 e 06, onde na sexta-feira a tarde aconteceria a chegada dos participantes, no sábado teria a mesa de abertura com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, junto a Secretaria de Segmentos Sociais, e o Conselho Estadual de Direitos da População LGBTQIA+, às 09h00m, aconteceria uma análise conjuntura; de 10h00m às 12h00m um debate onde o conselho traria a temática dos seus desafios e potencialidades; as 14h00m seria o almoço, em seguida a leitura do regimento interno e os encaminhamentos desse regimento; criação das comissões.

Consequente, no domingo ocorreria a construção de uma agenda e ações do conselho.

Demandas:

1. identificar uma pessoa para fazer a análise de conjuntura, Gleyton explica que a proposta seria que essa pessoa estaria de fora da composição do conselho;
2. Contactar uma pessoa para facilitar o planejamento, sendo também alguém que não componha esse conselho e o presidente sugere que essa pessoa poderia ser da Secretaria de Planejamento e Gestão, visto que já tem uma relação com o tema, que essa pessoa seja apresentada antes do planejamento ocorrer para que seja discutido em reunião com a comissão a metodologia utilizada;
3. Identificar e fechar o local onde ocorrerá o planejamento;
4. Providenciar transporte para o deslocamento dos conselheiros (as/es) para o evento;
5. Hospedagem;
6. Providenciar alimentação para os dias do evento;
7. Providenciar materiais de apoio para o evento.

Após a leitura do documento, Gleyton relata para o pleno que essa proposta foi apresentada para a, então secretária de Segmentos Sociais, Ana Paula, junto com Rivânia e Jair Brandão, sendo que a única alteração feita nesse texto teria sido em relação a ocorrência do evento no mês de setembro e não mais no mês de maio, ele explica que essa medida foi na intenção de que esse planejamento contemplasse todo o mandato do conselho, que desde que essa reunião com a secretária foi realizada já existe um encaminhamento na secretaria para a realização do evento em setembro. Gleyton relata que a proposta elencada seria que o planejamento ocorra entre a primeira e segunda semana de setembro, que já existem alguns encaminhamentos na SDSCJ a respeito do

evento, que a coordenadoria teria levado essas demandas para a secretaria executiva e a secretaria executiva encaminhou para a gestão, bem como para o secretário da pasta a proposta, que em média contemplaria os conselheiros titulares e suplentes da composição atual, que seria realizado em um hotel onde a SDSCJ custearia a hospedagem e alimentação, que nesse mesmo local seria realizado o planejamento fazendo o uso de salas e auditório que o espaço dispusesse. Para encerrar sua fala, o presidente reafirma que dentro da secretaria já estão seguindo os encaminhamentos para a realização desse planejamento no mês de setembro de 2022.

Dando sequência, Rivânia Rodrigues passa a fazer suas considerações, parabeniza Gleyton pela exposição e comenta que a intenção de levar o planejamento para setembro também passa pela simbologia de ser o Mês da Diversidade em Pernambuco, que é importante sensibilizar a secretaria como um todo para que o planejamento aconteça antes da Parada da Diversidade, tendo em vista que a parada estadual será realizada no dia 18 de setembro, a conselheira comenta que seria interessante o planejamento já ter se concluído antes dessa data. Rodrigues ainda destaca a pertinência de trazer os conselheiros para participarem da parada no dia 18, que esse é um evento de culminância de toda luta e trabalho em favor dos direitos da população LGBTQIA+ do estado. Ela deixa como sugestão que o planejamento ocorra nos dias antecedentes à parada, onde teria início na sexta-feira (16/09) e encerrasse no domingo (18/09) a tempo de todos participarem da parada. Rivânia dá ênfase na participação desses momentos para os conselheiros (as/es) do interior que têm dificuldade em seu deslocamento até a capital, tendo em vista que a parada é um evento estadual. A conselheira faz votos de parabéns para a gestão, pelo entendimento e comprometimento com o planejamento, de já ter adiantado questões básicas para sua realização, mas também de compreender a sua importância, reitera que este será construído tanto para os meses finais do ano de 2022, como para o ano de 2023. A companheira encerra sua contribuição, lembrando que este é um ano eleitoral e iremos mudar de gestores e é necessário organizar esse conselho.

O presidente se remete ao pleno deixando aberto para novas adequações dentro da proposta para o planejamento, se os conselheiros (as/es) aprovam esse modelo, ou se querem fazer mais alguma alteração.

Ryan Amorim se posiciona explicando que o modelo proposto é interessante para a SEPLAG, mas ele complementa que não teria como contribuir na metodologia, visto que nas datas sugeridas estará de férias e seu suplente está de licença médica. O conselheiro compreende que ficaria solto se outra pessoa de sua secretaria fosse designada para a tarefa e repete que operacionalmente a SEPLAG encontra dificuldade de participar na

data posta.

Rivânia comenta que a SEPLAG foi pensada e citada por ser uma secretaria que tem esse instrumento de planejamento e poderia ajudar a pensar na construção do cronograma, metodologia, mas que não necessariamente deveria ser apenas da SEPLAG, poderia ser inclusive uma pessoa que não compõe a gestão ou esse conselho, a conselheira cita o exemplo do fórum LGBT de Pernambuco - que é um evento do movimento social, onde a pessoa convidada para ajudar na composição da metodologia do evento pode ser alguém convidado do movimento feminista. Rivânia explica que é importante pensar em didáticas transversais e de repente se abrir para alguém novo, que essa pessoa teria como incumbência ajudar na condução do planejamento, que a SEPLAG pode sim indicar uma outra pessoa para ajudar nesse processo e encerra sua fala deixando em aberto que essa pessoa pode também ser de outro lugar, seja representando a gestão ou o movimento social.

Breno Gomes, comenta que enxerga o planejamento como algo essencial para o desenvolvimento desse conselho, mas questiona o pleno se esse evento seria executável de forma plena no meio do processo eleitoral, lembra aos conselheiros (as/es) que na próxima terça-feira, a campanha eleitoral começa oficialmente.

Luiz Valério, fala um pouco do processo de planejamento, que é o momento em que podemos percorrer os caminhos para entender a trajetória do conselho, o que fizemos e o que precisamos fazer. O conselheiro comenta que temos grandes quadros para somar na condução desse processo, mas sugere que acadêmicos sejam convidados, cita o exemplo da UFPE enquanto instituição para trazer essa abordagem científica no processo, que para além das secretarias e/ou dos movimentos sociais tenhamos algum acadêmico para dar o suporte científico a toda essa documentação tão importante para este conselho, encerra sua contribuição dizendo que nós não podemos fechar o ano sem fazer um planejamento para esse conselho.

Gleyton passa a palavra para Rivânia que comenta a fala de Breno, no que tange a questão de ser um ano eleitoral, que é de conhecimento desse pleno o início da campanha estar datado para o dia 15 de setembro, porém o debate sobre o evento foi trazido ao pleno hoje (09/08/2022) e cabe ao coordenador procurar saber dentro da secretaria qual é o período permitido pela legislação que esse conselho pode fazer empenho para a realização do planejamento. Rodrigues explica que essa deve ser uma resposta trazida pela gestão, que quanto a colocação de Luiz Valério, a conselheira concorda em trazer a academia para contribuir na construção da metodologia do planejamento, que ela tem conhecimento de grandes quadros que estão na academia e que compõe o movimento social. A conselheira complementa que unir a academia ao

planejamento é excelente e só tem a somar, encerra sua colocação dizendo que Gleyton pode consultar a gestão para saber a data-limite para o empenho, até para que o conselho tenha noção de qual será a melhor data para realização do evento, a conselheira diz que confirmando a possibilidade de adiantamento dessa contratação, também acredita ser possível realizar o evento em setembro, tudo vai depender da forma como o governo pode empenhar isso.

O presidente do conselho, retoma a fala dizendo que a proposta inicial as datas escolhidas seriam os dias 02, 03 e 04 de setembro, ou os dias 09, 10 e 11 de setembro – todas datas antecedentes à campanha eleitoral. Gleyton explica ao pleno que existe dentro da secretaria um direcionamento que diz que o evento pode ser realizado, mas que trará ao conselho a confirmação exata no que se refere ao planejamento como um todo.

O conselheiro adianta ao conselho que já está em negociação com a secretaria meios para a realização do evento, que coloca a data para aprovação desse pleno, que mesmo a reunião tendo acontecido em junho ficou inviável a realização do evento para agosto, por isso a comissão decidiu levar o planejamento para setembro, visto que existe a movimentação de um processo licitatório para arcar com os custos do evento. Gleyton ainda coloca que foi observado dentro da secretaria processos licitatórios em curso que poderiam contemplar o planejamento, já sobre os impedimentos que a controladoria coloca por conta do processo eleitoral, o conselheiro pontua que no caso de Pernambuco que não é um pleito para reeleição existem algumas possibilidades, por isso irá consultar o setor financeiro e jurídico da secretaria.

Rivânia Rodrigues pede ao presidente que leve também a proposta de data que ela sugeriu anteriormente para que o planejamento culmine com a parada da diversidade, argumenta novamente a importância da participação de todos os conselheiros (as/es) e faz um destaque para os conselheiros (as/es) do interior do estado, a conselheira ainda propõe que o retorno para suas cidades ocorresse na segunda-feira (após os eventos) pelo meio-dia.

O presidente do conselho concorda com Rivânia sobre a importância de o planejamento ser no período da parada da diversidade do estado, relembra a conselheira que nas datas propostas pela comissão foi considerado o fato da disponibilidade de todos (as/es), uma vez que nesse período que contempla a parada os colegas de pleno estarão com outras funções, tanto na organização da parada quanto na campanha eleitoral. O conselheiro relata que mesmo com o domingo estando praticamente livre na agenda do planejamento é válido pontuar que a parada tem início às 09h, assim levanta a problemática de uma discussão mais aprofundada de como aconteceria para deixar tudo bem estabelecido.

Rivânia responde que o movimento social organiza paradas há muitos anos e sempre

acontece algum evento que culmina na parada da diversidade, cita o exemplo do Seminário de Mulheres Lésbicas realizado em Pernambuco que tinha esse objetivo de trazer as companheiras do interior para o Seminário, mas também para participarem da Parada da Diversidade do Estado. Rodrigues também relembra ao pleno que o mês é celebrada a diversidade sexual no estado e a Parada é o produto de todas as discussões, não só do movimento social, ela representa o ápice de toda a política LGBTQIA+ do estado. A companheira compreende que não existe tarefa maior ou menor, que a presença num evento tão importante é tarefa prioritária, que é preciso pensar individualmente qual é o papel de cada um dentro da parada, que enquanto conselho o nosso papel é também o planejamento, é pensar numa ação para o dia da parada, que existem muitas possibilidades para esse conselho manter a data em conjunto com a parada da diversidade. Rivânia coloca que se o pleno aprovar essa sugestão, o presidente leve para a secretaria para discussão.

Gleyton concorda com a conselheira e diz que apenas surgiu essa preocupação, que a maioria aprovando ele valida a relevância.

Rivânia complementa que tudo seja concluído na segunda-feira ao meio-dia levando em consideração o bem-estar de todos (as/es).

Glauber afirma que também entende a importância da participação na parada, mas se preocupa com o trabalho que a parada exige.

Rivânia, imediatamente responde o conselheiro que independente de trabalho é possível sim conciliar e fazer acontecer.

Emanuelle, questiona se houve algum impedimento financeiro para a realização do planejamento, já que quando foi solicitado recursos para trazer os (as/es) conselheiros (as/es) do interior para a reunião do conselho, o recurso foi indeferido.

O presidente responde que não ocorreu nenhum impedimento, que entendia que se aprofundaram mais na questão das vindas dos conselheiros por se tratar de um período de mandato, então ele interpreta que o planejamento mesmo sendo um evento de três dias, é um único momento. Em referência ao evento, Gleyton afirma que não houve posicionamento contrário, foi posto para suplentes e titulares.

Ryan Amorim pede a fala para tratar de um esclarecimento, pergunta se entra no custeio da secretaria a participação na parada, pois ele pontua que existem limitações de prestação de contas, que não sabe se integrar a parada da diversidade nos custos do planejamento é permitido, especialmente se esse custeio for até a segunda-feira de manhã, que compreende a necessidade de todos (as/es) participantes, mas que a gestão precisa estar respaldada em respeito a prestação de contas com os órgãos que avaliam essa questão.

Marcone Costa diz que também é papel do conselho fazer o acompanhamento dos gastos públicos, que o governo tem feito alguns investimentos nas paradas pelo estado e que é papel desse conselho fiscalizar, que sobre essa justificativa, dependendo de qual olhar jurídico é que será possível avaliar isso. Costa pontua que na parada em si ocorrerão os serviços do próprio governo e o conselho precisa estar acompanhando se, por exemplo, a polícia militar estará trabalhando adequadamente, que não tem justificativa. Comenta a presença dos (as/es) conselheiros (as/es) não é com o intuito somente de diversão, que é importante deixar claro para a sociedade e para o governo qual é o papel da parada da diversidade. Marcone ainda traz que essa é uma parada atípica com toda a onda neofascista que está assolando o país, que se preocupa por ser um grande evento de rua, logo, entende que quanto mais pessoas dos movimentos sociais, dos espaços de controle social, governos municipais e estadual, será melhor para acompanhar.

Rivânia diz que gostaria de aproveitar para cumprimentar Ryan, também de fazer votos para a fala de Marcone, que a parada não é apenas um ato festivo, complementa que esse conselho pode pensar numa ação além de desempenhar todo o papel de fiscalização das políticas.

O presidente chama o pleno para deliberar encaminhamentos e responde a Ryan que quantos as preocupações internas podemos avaliar isso, que acredita que isso não seja problema, que o estado de Pernambuco já teria passado por isso de realizar um seminário em um dia antes da parada, Gleyton faz uma analogia em tom de humor que na “época da vaca gorda” existia esse modelo de estrutura, que irá avaliar internamente/juridicamente quais seriam as dificuldades. Para encaminhar a reunião, o conselheiro pergunta ao pleno quanto aos detalhes do planejamento se todos (as/es) estão de acordo e o pleno responde que sim.

Rivânia, complementa que a sugestão é que seja dada a entrada no hotel na sexta-feira de meio-dia e a saída na segunda-feira meio-dia, pensando em todo o deslocamento ao fim da parada.

O técnico Léo Lins, lê para o pleno uma mensagem posta no chat da chamada de vídeo pela conselheira do interior Alzyr, que o pessoal quando viaja para a capital chega muito cedo para dar entrada no hotel ao meio-dia seria inviável, visto que o deslocamento de ônibus saindo de Petrolina a Recife tem duração, aproximadamente de 12 horas.

Rivânia, então pontua que é preciso olhar para essas peculiaridades do sertão, que esse deslocamento de cada conselheiro e conselheira desse ser pensado de forma individual, respeitando a particularidade de cada situação.

Luiz Valério para enxugar a discussão, esclarece que na reunião da comissão tinha ficado decidido dialogar com o pleno as datas 09,10 e 11 de setembro, mas que pelo que

ele entendeu de todas as ponderações a decisão do pleno nessa reunião seriam as datas 16, 17 e 18 de setembro, culminando na manhã da parada e questiona o pleno “é isso?” e aguarda posicionamento dos colegas propondo uma votação, o planejamento será na semana antes da parada, ou na semana que culmina com a atividade do conselho na parada.

Gleyton se inscreve e diz que está vendo uma preocupação maior em participar da parada, mas vale destacar que estamos discutindo o planejamento do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco, que compreende a vontade de ocupar esse espaço político que é a Parada da Diversidade, justifica ao pleno que é permitido que as pessoas saiam do hotel na segunda-feira, pois no organograma do planejamento diz que a agenda do domingo inicia pela manhã e termina às 17h, logo já tem previsto uma diária a mais que finaliza ao meio-dia do dia seguinte. O conselheiro diz que é importante esse pleno pensar qual é o objetivo desse planejamento quando faz esses destaques.

Breno Gomes se inscreve e inicia sua fala dizendo que para evitar qualquer confusão de ideias é preciso se debruçar novamente sobre o cronograma do planejamento, pois para poder contemplar a participar do conselho na parada, com alguma atividade política, é preciso amarrar isso nessa reunião para não acarretar nenhum prejuízo na formatação do planejamento, que observando o cronograma o domingo prevê a construção da agenda e ações do conselho, propõe realocar esse momento para a sexta-feira, ou sobre as atividades de abertura todas para a sexta-feira para que a parte designada ao domingo pudesse ocorrer no sábado. Assim, tornando possível a presença do conselho na parada sem trazer nenhum prejuízo à estrutura funcional do planejamento.

Íris de Fátima, concorda com Breno que na sexta-feira devesse dar início às atividades do planejamento.

Rivânia diz que não devemos pensar agora em qual é a justificativa, mas sim que esse conselho precisa desenvolver uma atividade na parada, além de todas as funções que este já desempenha, repete que o foco da discussão é colocar que os conselheiros do sertão precisarão chegar mais cedo na sexta-feira e outros após o meio-dia, com saída na segunda-feira meio-dia.

Breno coloca que compreende perfeitamente o ponto de vista de Rivânia e explica que não é mais esse o ponto que está a discussão e retoma a declaração do presidente do conselho que já teria informado ter diária garantida para a segunda-feira e explica para a conselheira em que pé está a reunião, sugerindo a alteração do cronograma do planejamento, onde as atividades da manhã do sábado seriam adiantadas para a sexta-feira a noite, para que fosse possível também adiantar as atividades do domingo para o

sábado, concluindo o planejamento a tempo de todos (as/es) participarem da parada sem prejuízos a estrutura do planejamento.

Gleyton questiona se o pleno tem algum posicionamento sobre a sugestão de Breno e a conselheira Roseane diz que entende que está claro para todos (as/es).

Jeanne Aguiar pergunta ao presidente se em relação a questão eleitoral existe alguma objeção e ele responde que existe uma cartilha da controladoria que estabelece alguns pontos, que pessoalmente ele deu uma lida e não observou proibições enquanto SDSCJ, mas que é importante consultar o jurídico, que o processo já está seguindo junto ao sistema eletrônico faltando apenas anexar a versão aprovada do planejamento, mas que já existe uma cotação do que foi solicitado dentro do planejamento de três dias para o conselho, em um hotel com hospedagem contemplando a população desse conselho. O presidente informa que só irá tratar de avaliar junto ao jurídico e a controladoria esses entendimentos.

Abrindo a votação com as três propostas de datas, sendo elas:

1. Proposta: 02, 03 e 04 de setembro;
2. Proposta: 09, 10 e 11 de setembro;
3. Proposta: 16, 17 e 18 de setembro (caso essa proposta seja aprovada é necessário alterar o cronograma do planejamento, para liberar a agenda do domingo).

Votaram na proposta 03: Rede LGBT do Interior, Grupo GAYMADO, Secretaria de Saúde, COMLESBI, SETEQ, Secretaria da Mulher, AMOTRANS, Secretaria de Defesa Social, ARTJOVEM, SDSCJ, Coordenadoria LGBTQIA+, Grupo Leões do Norte, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, SEPLAG, RENFA.

Dessa forma, fica aprovado o planejamento aprovado pelo plenário, datado para os dias 16, 17 e 18 de setembro, com alteração em seu cronograma onde as atividades do sábado pela manhã ocorrerão na sexta e as atividades do domingo de manhã ocorrerão no sábado, com culminância na Parada da Diversidade do Estado de Pernambuco e check-out do hotel na segunda-feira até o meio-dia.

Dando seguimento da pauta, Rivânia Rodrigues é convidada a tratar do último ponto sobre a visibilidade lésbica e bissexual.

Luiz Valério informa que a Secretaria de Saúde fará dois grandes eventos na semana da visibilidade lésbica e bissexual, que a secretaria tem se preocupado em desenvolver atividades que agreguem a pessoa LGBT e trará para a discussão desses eventos a médica Jaqueline, mulher lésbica que trabalha no Ambulatório Darlen Gasparelle, a enfermeira Viviane, também lésbica que compõe o conselho de enfermagem, que está dialogando com Rivânia para indicar alguém do movimento social para acompanhar as atividades no dia 29 de agosto, num *webnário* que tratará sobre as questões de saúde e

atenção da população de lésbicas e mulheres bissexuais de Pernambuco. Rivânia já traz a indicação para Valério de Ana Paula Melo e ele agradece. O segundo evento ocorrerá dia 30 de agosto, será uma formação para médicos do Estado de Pernambuco, abordando a temática de saúde da mulher lésbica e bissexual e também sobre a hormonização para homens e mulheres travestis/transsexuais que já conta com 120 inscritos, que a formação será dada pela Dra. Jaqueline, também participante do *webnário*.

Gleyton também informa que a coordenadoria está elaborando uma semana de atividades voltada para mulheres lésbicas e bissexuais, com o foco principal no programa atitude que é ligado a secretaria de políticas sobre drogas, além disso o fórum dos gestores municipais está construindo algumas atividades com alguns municípios como Moreno, Vitória de Santo Antão levando atividades para essa semana. O presidente coloca o convite da Secretaria de Segmentos Sociais para o Movimento de Mulheres Lésbicas e Bissexuais para construir um diálogo e sobretudo a implementação dessa política junto aos municípios, que a secretária ficou de ver uma data e assim que ele for informado trará para o conselho poder participar desse momento junto da SDSCJ. Gleyton traz o informe ainda que o GT da Secretaria de Defesa Social (SDS) voltou as suas atividades para tratar dos casos de violência contra a população LGBTQIA+, que ocorreu uma reunião de alinhamento da gestão e o Vice-presidente do conselho foi convidado a participar, nessa reunião ficou estabelecido que dia 18 de agosto a SDS estará fazendo reunião às 14h, no prédio da própria secretaria, desse GT em alusão ao mês da visibilidade lésbica e bissexual.

Jeanne Aguiar complementa que foi criada uma comissão com representação desse conselho e também das Secretarias de Estado.

Rivânia pontua que é participante dessa comissão e gostaria de propor para a SDS, que na última reunião que ela participou ocorreram dois assassinatos onde as vítimas eram duas mulheres lésbicas e foi solicitado a averiguação desse crime, a companheira Rivânia sugere que nessa reunião sejam apresentados os dados de como anda esse caso, que isso é uma pauta trazida do comitê pro-lésbicas e mulheres bissexuais.

Jeanne explica que houve uma mudança na gestão e que não teria certeza se a Dra. Mariana continuaria no GT, que se Rivânia pudesse encaminhar diretamente para ela em seu privado mesmo os nomes para ela buscar essas informações. Rivânia confirma que o fará e tenderá levar para a reunião do dia 18.

Gleyton traz novo informe da SDCJ e Coordenadoria, que houve uma demanda de quatorze municípios que estão realizando paradas da diversidade, o presidente informa que está tentando montar um GT com todas as secretarias para tratar dessas paradas para fortalecer esses eventos, que foi encaminhado para o e-mail de todos (as/es) conselheiros

(as/es) uma proposta para estarmos nos reunindo. O colega explica que para além dessa conversa que já existe a SDS que dialoga com três paradas, a proposta que a SDSCJ e a Coordenadoria trazem é trabalhar as quatorze ao longo do estado de Pernambuco.

Rivânia Rodrigues informa que no dia 27 de agosto ocorrerá uma atividade do COMLESBI junto com toda a frente Pernambucana de mulheres lésbicas e bissexuais, ocorrerá um debate no Armazém do Campo, em parceria com o Movimento Sem Terra, finalizando com um show de cantoras que amam mulheres. Rodrigues informa ainda, que tinha o SENALESBI marcado para esse mês de agosto, mas infelizmente ele não irá ocorrer por questões de emenda, que a secretaria da Mulher estava vendo todas as possibilidades de ocorrer o SENALESBI na primeira semana de dezembro, no CFL, além disso também iria ocorrer o lançamento do LESBOCENSO no SENALESBI agora em agosto, mas como o evento não ocorrerá agora, se mantém apenas o lançamento do LESBOSENSO em Pernambuco, no dia 29 de agosto, que é uma articulação de toda rede nacional e estadual de mulheres lésbicas e bissexuais ABL, LBL, REDE SAPATÁ, CANDACES e todas as outras redes, que estão chamando essa aliança de FRENTE SAPATÔNICA ou FRENTE LB. Rodrigues comenta que aqui no estado de Pernambuco foi conversado com o COMLESBI junto da CANDACES e o lançamento do LESBOCENSO será em parceria com a OAB, que estão articulando com a imprensa visto que é a primeira vez em que serão apresentados dados concretos feito pelo movimento social, destaca a potência do projeto desenvolvido em caráter internacional, que esses dados são das violações e violências contra as mulheres que amam mulheres. A conselheira comenta que o movimento lésbico/bissexual terá um trio na parada da Diversidade do Estado de Pernambuco. Rivânia prossegue informando que o comitê pró-lésbicas e mulheres bissexuais também está desenvolvendo a ação de plotagem dos ônibus da região metropolitana uma campanha, a conselheira faz votos a ação pensada pela Secretaria de Segmentos Sociais, que pensa na saúde mental quando desenvolve uma atividade junto ao programa atitude, que isso é de suma importância. Rivânia comenta que esse é um dos grandes gargalos dentro da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. Finaliza convidado esse pleno para participar das atividades.

Nesse momento o presidente finaliza a reunião com aplausos para a companheira de conselho.

ENCAMINHAMENTOS

- Breno Gomes sugere consultar a Procuradoria-Geral do Estado a respeito do entendimento do que seria “estrutura” e quais são os limites;
- Breno Gomes sugere que **quando for publicada a nota técnica que valida a realização dos procedimentos com relação ao tratamento da *monkeypox* que seja nítido a não estigmatização dos corpos LGTQIA+;**

INFORMES

- Luiz Valério informa que a Secretaria de Saúde fará dois grandes eventos na semana da visibilidade lésbica e bissexual. Sendo um deles um *webnário* que tratará sobre as questões de saúde e atenção da população de lésbicas e mulheres bissexuais de Pernambuco, no dia 29 de agosto. Para o *webnário* serão convidadas a médica Jaqueline, mulher lésbica que trabalha no Ambulatório Darlen Gasparelle, a enfermeira Viviane, também lésbica que compõe o conselho de enfermagem e a indicada por Rivânia, Ana Paula Melo. O segundo evento ocorrerá dia 30 de agosto, será uma formação para médicos do Estado de Pernambuco, abordando a temática de saúde da mulher lésbica e bissexual e também sobre a hormonização para homens e mulheres travestis/transsexuais que já conta com 120 inscritos. A formação será dada pela Dra. Jaqueline, que participará do *webnário*.
- Gleyton informa que a coordenadoria está elaborando uma semana de atividades voltada para mulheres lésbicas e bissexuais, com o foco principal no programa atitude que é ligado a secretaria de políticas sobre drogas. Além disso o fórum de gestores municipais está construindo uma agenda com alguns municípios como Moreno, Vitória de Santo Antão levando atividades para essa semana.
- Gleyton traz o informe ainda que o GT da Secretaria de Defesa Social (SDS) voltou as suas atividades para tratar dos casos de violência contra a população LGTQIA+, que ocorreu uma reunião de alinhamento da gestão e o Vice-presidente do conselho foi convidado a participar, nessa reunião ficou estabelecido que dia 18 de agosto a SDS estará fazendo reunião desse GT, às 14h, no prédio da própria secretaria, em alusão ao mês da visibilidade lésbica e bissexual.

- Gleyton traz novo informe da SDCJ e Coordenadoria, que houve uma demanda de quatorze municípios que estão realizando paradas da diversidade, o presidente informa que está tentando montar um GT com todas as secretarias para tratar dessas paradas para fortalecer esses eventos, que foi encaminhado para o e-mail de todos (as/es) conselheiros (as/es) uma proposta para estarmos nos reunindo. O colega explica que para além dessa conversa que já existe a SDS que dialoga com três paradas, a proposta que a SDSCJ e a Coordenadoria trazem é trabalhar as quatorze ao longo do estado de Pernambuco.
- Rivânia Rodrigues informa que no dia 27 de agosto ocorrerá uma atividade do COMLESBI junto com toda a frente Pernambucana de mulheres lésbicas e bissexuais, ocorrerá um debate no Armazém do Campo, em parceria com o Movimento Sem Terra, finalizando com um show de cantoras que amam mulheres. Rodrigues informa ainda, que tinha o SENALESBI marcado para esse mês de agosto, mas infelizmente ele não irá ocorrer por questões de emenda, que a secretaria da Mulher estava vendo todas as possibilidades de ocorrer o SENALESBI na primeira semana de dezembro, no CFL, além disso também iria ocorrer o lançamento do LESBOCENSO no SENALESBI agora em agosto, mas como o evento não ocorrerá agora, se mantém apenas o lançamento do LESBOSENSO em Pernambuco, no dia 29 de agosto, que é uma articulação de toda rede nacional e estadual de mulheres lésbicas e bissexuais ABL, LBL, REDE SAPATÁ, CANDACES e todas as outras redes, que estão chamando essa aliança de FRENTE SAPATÔNICA ou FRENTE LB. Rodrigues comenta que aqui no estado de Pernambuco foi conversado com o COMLESBI junto da CANDACES e o lançamento do LESBOCENSO será em parceria com a OAB, que estão articulando com a imprensa visto que é a primeira vez em que serão apresentados dados concretos feito pelo movimento social, destaca a potência do projeto desenvolvido em caráter internacional, que esses dados são das violações e violências contra as mulheres que amam mulheres. A conselheira comenta que o movimento lésbico/bissexual terá um trio na parada da Diversidade do Estado de Pernambuco. Rivânia finaliza informando que o comitê pró-lésbicas e mulheres bissexuais também está desenvolvendo a ação de plotagem dos ônibus da região metropolitana uma campanha.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 09 de Agosto de 2022.

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e
Juventude**

Secretaria de Segmentos Sociais